



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

PARECER LEGISLATIVO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Proposição: **Julgamento das Contas do Poder Executivo Municipal. Exercício Financeiro de 2022.**

Origem: **Processo 397024/24 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná**

Gestor das contas: **GILSON JOSE DE GOIS**

Relator: **Vereador Dercino Leonildo de Sá**

1. RELATÓRIO

Trata-se de julgamento das Contas do Poder Executivo Municipal referente ao exercício financeiro de 2022, de responsabilidade do gestor **GILSON JOSE DE GOIS**, em que foi encaminhado o Parecer Prévio nº 308/24 pelo TCE-PR para a Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR.

Conforme o Parecer Prévio nº 308/24 (Processo 397024/24) advindo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, os membros da Segunda Câmara, nos termos do voto do Relator Conselheiro **FABIO DE SOUZA CAMARGO**, por maioria absoluta, acordaram em: *I - **CONHECER** e, no mérito, julgar pelo **PROVIMENTO** dos Embargos de Declaração opostos, e ora em apreço, para (i) reformar a decisão recorrida, consubstanciada no **Parecer Prévio n.º 231/24 - Segunda Câmara** (peça 27), e (ii) recomendar a **REGULARIDADE COM RESSALVA** das contas de **GILSON JOSÉ DE GOIS**, na qualidade de prefeito do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL**, relativas ao exercício de 2022, em razão da inobservância ao art. 1º, § 1º, da LRF e ao art. 48, 'b', da Lei Federal n.º 4.320/1964; e II - determinar, após o trânsito em julgado do processo, o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para os registros pertinentes.*

Cumpre informar que, inicialmente, o Parecer Prévio 231/24 proferido pela 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná no Processo 191155/23, o qual teve grande alterações no julgamento das contas a partir de 2022, em relação à forma de julgamento dos demais anos, nos termos do voto do Relator Ivan Lelis Bonilha, havia sido emitido pela **IRREGULARIDADE** das contas do(a) **senhor(a) GILSON JOSE DE GOIS**, na qualidade de prefeito(a) do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL**, relativas ao exercício de 2022, em razão de descumprimento dos artigos 1º, § 1º, da LRF e 48, alínea b, da Lei Federal n.º 4.320/64, conforme indicado na análise do resultado orçamentário e financeiro, com **RESSALVA** em razão dos resultados da avaliação da atuação governamental, nas áreas Assistência Social: 3,54; Administração Financeira: 2,40 e Previdência Social: 4,57. b. Encaminhar os autos à Coordenadoria Geral de Fiscalização - CGF para ciência e, se entender cabível,



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

inclusão no Plano Anual de Fiscalização – PAF, nos termos do art. 151-A, inciso II, do Regimento Interno, em razão do resultado orçamentário e financeiro deficitário e das pontuações obtidas nas áreas de Assistência Social: 3,54; Administração Financeira: 2,40.

Em razão disso, o Sr. **GILSON JOSE DE GOIS** apresentou Embargos de Declaração contra o Parecer Prévio emitido inicialmente, alegando, em suma, que o déficit apresentados nos relatórios não representa a gestão do Prefeito neste, uma vez que o mesmo era consequência do déficit herdado na gestão anterior, sendo que o resultado ajustado do exercício de 2022 é positivo em 1,02%, indicando uma gestão superavitária no ano corrente.

Em razão da explicação contida na petição, foi emitido novo parecer prévio sob nº 308/24, sendo que o voto vencedor do conselheiro Fabio de Souza Camargo foi proferido nos seguintes termos: ***Embargos de Declaração. Prestação de Contas Anual do Prefeito Municipal. Exercício de 2022. Déficit orçamentário e financeiro herdado de gestões anteriores. Redução gradativa do déficit de - 21,27% em 2020 para -7,16% em 2022. Esforços envidados pelo gestor para mitigar o déficit. Impossibilidade de transformação imediata do déficit em superávit. Entendimento ministerial em caso análogo indica a recomendação pela regularidade das contas. Princípio da razoabilidade e da não dupla punição. Provimento dos Embargos de Declaração com efeitos infringentes. Reforma do acórdão embargado. Emissão de parecer prévio pela regularidade com ressalva das contas do exercício de 2022.***

Observa-se que, chegando na Câmara Municipal, a proposição foi encaminhada a esta Comissão de Finanças e Orçamento e também encaminhada para a emissão de Parecer Jurídico, no qual houve manifestação pela necessidade de se respeitar o contraditório e a ampla defesa, devendo, para tanto, ter oferecimento de prazo de 15 dias úteis ao Sr. **GILSON JOSE DE GOIS** para que o mesmo se manifestasse e juntasse documentos, se entendesse necessário, bem como outras providências.

Realizada a notificação do mesmo, verifica-se a juntada do AR enviado ao gestor das contas de 2022 nos autos se deu no dia **21 de outubro de 2024** e o seu prazo de 15 dias úteis findou-se em **12 de novembro de 2024**, sendo que o Sr. **GILSON JOSE DE GOIS** deixou de apresentar defesa ou apresentar qualquer documento.

Os autos encontram-se para análise desta Comissão, em atendimento a Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno, que disciplinam sua tramitação e a necessidade de parecer sob a responsabilidade desta Comissão e de apreciação e julgamento pelo Plenário desta Casa de Leis,



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

devendo, contudo, ser posteriormente, analisado pelo Plenário da Câmara Municipal de Itaúna, sendo que o voto deverá ser nominal.

É o relatório.

2. DA AUTONOMIA DO PODER LEGISLATIVO

Deve-se ressaltar, inicialmente, que a matéria relacionada à obrigatoriedade, apreciação e ao julgamento das contas anuais prestadas pelo chefe do Poder Executivo é tratada nos artigos 70 e 71, inciso I, e, especialmente para os municípios, no art. 31, §§ 1º e 2º, todos da Constituição Federal, determinações as quais devem ser simetricamente observadas pelas Constituições dos Estados e Leis Orgânicas dos Municípios.

O artigo 31 da Constituição Federal assim dispõe acerca do Parecer Prévio:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 4º É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

A Constituição Federal é bastante clara e precisa quanto à competência do Poder Legislativo para julgar as contas de governo do Chefe do Poder Executivo, após a necessária e indispensável atuação do Tribunal de Contas do Estado, mediante a emissão de parecer prévio sobre tais contas. Essa competência foi outorgada ao Legislativo, por certo, por ser o Poder que representa o povo, fonte primária e titular dos recursos e bens públicos.

Desse modo, o Legislador Constitucional, ao prescrever esse procedimento complexo para o julgamento das contas anuais (participação do Tribunal de Contas e do Poder Legislativo), almejou de certa forma que a decisão fosse de cunho político-administrativo, ou seja, não apenas valoração política pelo Legislativo, nem somente técnico-jurídico, consubstanciada no parecer prévio do Tribunal de Contas.



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

Neste caso, a deliberação das contas, embora conclusiva, constitui peça técnico-jurídica de natureza opinativa, não possuindo conteúdo vinculativo-decisório, sua função é avaliar o cumprimento do orçamento, dos planos de Governo, dos programas governamentais, dos limites impostos aos níveis de endividamento, aos gastos mínimo e máximo previstos no ordenamento para saúde, educação e gastos com pessoal, com emissão de parecer prévio com vistas fim de auxiliar o julgamento das contas pelo Poder Legislativo.

Conforme seja o entendimento dos nobres Vereadores, um dos efeitos que podem advir da decisão que desaprove as contas do Prefeito, é o de gerar a suspensão do seu direito à elegibilidade, nos termos da Lei Complementar 64/90, embora o § 4º-A do art. 1º, incluído pela Lei Complementar nº184/2021 preveja que a inelegibilidade prevista na alínea “g” do inciso I do caput deste artigo não se aplica aos responsáveis que tenham tido suas contas julgadas irregulares sem imputação de débito e sancionados exclusivamente com o pagamento de multa.

Desse modo, fica evidente que o Poder originário de fiscalização é da Câmara Municipal, que pode exercê-lo com absoluta autonomia decisória e possui o encargo de discutir as irregularidades e regularidades apontadas no parecer prévio de forma absolutamente independente.

3. ANÁLISE

O Tribunal de Contas, órgão auxiliar do Poder Legislativo, composto por um corpo de extrema competência, com corpo técnico especializado, atua de forma a guiar da melhor forma e opinar como o Poder Legislativo pode atuar, embora não seja o caminho obrigatório.

Assim, o TCE-PR ao analisar as contas do senhor **GILSON JOSE DE GOIS**, gestor do exercício de 2022, concluiu pela **REGULARIDADE COM RESSALVAS** após apresentação de Embargos de Declaração, por meio dos membros da Segunda Câmara. Levando-se em conta, que na Câmara Municipal, o gestor não apresentou documentos e nem ao menos defesa escrita, este Relator entende que não existe motivo plausível para a Câmara de Vereadores, com seu corpo político, modificar a decisão do Tribunal de Contas, nem para **REGULARIDADE** e muito menos para **IRREGULARIDADE**.

Logo, somente em caso de obscuridade ou contradição no acórdão de parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, haveria a necessidade de modificar o entendimento da Egrégia Corte.



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

Por isso, este Relator entende que não se encontra motivo justificado para alterar a decisão do referido Acórdão de Parecer Prévio nº 308/24 da 2ª Câmara do Egrégio Tribunal de Contas (Processo 397024/24 do TCE/PR) relativa ao exercício financeiro de 2022, o qual recomendou a regularidade com ressalva das contas, uma vez que os conselheiros do Tribunal de Contas analisaram as contas novamente em razão da apresentação dos Embargos de Declaração, deixando evidente que o prefeito Gilson José de Gois assumiu a gestão do Município de Itaúna do Sul em 01/01/2021, herdando da administração anterior um déficit orçamentário e financeiro significativo de **-21,27%** (menos vinte e um vírgula vinte e sete por cento) do exercício de **2020**.

Inclusive, durante seu mandato, vigente até 31/12/2024, o Gestor Gilson Jose de Gois tem envidado evidentes esforços para mitigar esse enorme déficit que lhe foi deixado, conseguindo reduzi-lo para **-10,02%** (menos dez vírgula dois por cento) em **2021** e para **-7,16%** (menos sete vírgula dezesseis por cento) em **2022**, resultando em consideráveis diminuições de **11,25%** (onze vírgula vinte e cinco por cento) em **2021** e **2,86%** (dois vírgula oitenta e seis por cento) em **2022**.

Desse modo, a redução contínua e substancial do déficit demonstra um compromisso claro com a responsabilidade fiscal e a gestão eficiente dos recursos públicos, sendo irrealista esperar que um déficit tão significativo de **-21,27%** (menos vinte e um vírgula vinte e sete por cento) - fosse transformado em superávit de um ano para o outro, em tão curto espaço de tempo, ainda mais se combinado com os desafios enfrentados devido à pandemia de Covid-19, o que torna impossível uma reversão completa em apenas 2 (dois) anos de gestão, conforme consta do voto do Relator Vencedor.

Deve-se evidenciar, mais uma vez, que, após o recebimento das contas pela Câmara Municipal, o gestor, notificado, não apresentou novos fatos por escrito e nem novos documentos. Contudo, nada impede que o mesmo se manifeste oralmente, inclusive até na sessão de julgamento das contas pelo Plenário da Câmara de Vereadores, dando-lhe assim total direito de defesa e irrestrito contraditório.

Portanto, não se vê motivo para modificar a decisão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, razão pela qual opina e emite parecer pela **APROVAÇÃO COM RESSALVAS** das contas do Executivo Municipal referente ao exercício de 2022, com a emissão de Decreto Legislativo, nos termos do Regimento Interno.

Ante o entendimento exposto anteriormente, segue em anexo a Proposta de Decreto Legislativo aprovando com ressalvas as contas referentes ao exercício de 2022.



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

4. VOTO

Em decorrência da análise dos documentos apresentados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, inclusive o Parecer Prévio nº 308/24, **voto pela REGULARIDADE COM RESSALVAS das contas do Poder Executivo do Município de Itaúna do Sul/PR, exercício financeiro de 2022, de responsabilidade do senhor GILSON JOSE DE GOIS.**

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2024.


Vereador Dercino Leonildo de Sá

Relator da Comissão de Finanças e Orçamento

5. RESULTADO DA VOTAÇÃO

Reunidos os senhores vereadores, em 28 de novembro de 2024, após leitura do parecer do relator, votaram os vereadores, na seguinte ordem:

Silvio de Mazzi dos Santos (presidente): ☒ com o relator () contrário ao relator


Adão Luiz Romanelli (membro): ☒ com o relator () contrário ao relator

Resultado: Os vereadores votaram da seguinte forma: **(3)** votos pela aprovação do parecer e **(0)** votos pela reprovação do parecer.

Desse modo, o parecer ficou: ☒ APROVADO / () REPROVADO.


Vereador Silvio de Mazzi dos Santos
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento


Vereador Dercino Leonildo de Sá
Relator da Comissão de Finanças e Orçamento


Vereador Adão Luiz Romanelli.
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento